

**A COLETA DE INFORMAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DE
INDICADORES NO CAMPO DA CULTURA:
RECONSTITUIÇÃO DO PROCESSO**

Lia Calabre

A COLETA DE INFORMAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES NO CAMPO DA CULTURA: RECONSTITUIÇÃO DO PROCESSO

Lia Calabre

RESUMO

Em 2003, frente à ausência de informações sistematizadas que pudessem dar suporte à elaboração de uma política pública de cultura, o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Políticas Culturais iniciou negociações com o IBGE e com o IPEA, para a produção de estudos e pesquisas, a partir das quais foram celebrados os dois convênios. O objetivo principal dos convênios é o de desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural – em especial com o IBGE –, tendo como um dos produtos a construção de indicadores culturais que contribuam tanto para a área da gestão pública quanto para o estímulo estudos e pesquisas de caráter acadêmico. Será apresentada aqui a análise de alguns dos resultados obtidos nesses cinco anos de trabalho MINC/IBGE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
A MUNIC.....	6
Um olhar sobre os conselhos a partir da Munic.....	9
QUESTÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	16

INTRODUÇÃO

Em 2004, frente a ausência de informações sistematizadas que pudessem dar suporte a elaboração de uma política pública de cultura, o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Políticas Culturais iniciou negociações com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o objetivo de coletar, sistematizar e analisar dados sobre o campo da cultura. O presente trabalho traz um rápido histórico do processo de construção de tais parcerias (MINC/IBGE e MINC/IPEA) e apresenta a análise de alguns dos resultados obtidos nesses últimos 5 anos de trabalho MINC/IBGE.

A partir da posse do Ministro Gilberto Gil, em 2003, na primeira gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006), foram iniciados os trabalhos de reformulação do Ministério da Cultura que visavam fornecer mais agilidade política ao mesmo. Com a reestruturação ministerial aprovada em 12 de agosto de 2003, através do Decreto nº 4.805, foram criadas a Secretaria de Articulação Institucional, Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, Secretaria de Programas e Projetos Culturais, Secretaria do Audiovisual e a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural.

Em fins de 2003 e início de 2004, a Secretaria de Políticas Culturais sob a coordenação de Paulo Miguez, iniciou um diálogo com o IPEA e com o IBGE, através da gerência de Isaura Botelho, para a realização de trabalhos de cooperação técnica, visando fornecer subsídios para a “formulação e reformulação de políticas públicas no País em matéria de cultura”. (BRASIL. 2007a.p.9)

No caso específico do IPEA, o pesquisador Frederico Barbosa da Silva, iniciou em 2002, a realização de trabalhos de acompanhamento da elaboração de políticas públicas no campo da cultura, que foram originalmente publicados no boletim semestral Pesquisas Sociais – acompanhamento e análise do IPEA e, posteriormente reunidos em dois volumes da coleção Cadernos de Políticas Culturais do MINC. Segundo Frederico Barbosa as análises de conjuntura foram marcadas por um duplo desafio: “o primeiro de fazer com que o acompanhamento da política cultural fizesse sentido dentro de uma instituição (no caso, o IPEA) que pensa a política a partir dos grandes números e cujo enfoque profissional privilegia o viés econômico” e em segundo empenhar-se em “organizar uma visão de conjunto para aqueles que conduzem os programas, ações, e projetos culturais cujas

características próprias de inserção institucional não lhes permite o delineamento de uma visão global” (BRASIL. 2007a.p.11) Ainda segundo o pesquisador, nos estudos que foram realizados,

A política cultural é tratada como uma categoria de intervenção públicas ao lado da educação, saúde e previdência. A cultura tem materialidade institucional e enfrenta problemas análogos a outras áreas de políticas públicas. Sofre com questões relativas à falta de recursos financeiros e de gestão. Por outro lado, enfrenta problemas que exigem um tratamento conceitual e político diferenciado. (BRASIL. 2007a.p.11)

Em 2007, os primeiros trabalhos foram reunidos em dois volumes, publicados pelo Ministério da Cultura. O primeiro tratou do acompanhamento e análise das políticas de 2002 a 2006, com textos sobre: o balanço das políticas culturais da década de 1990, a continuidade dos programas, as propostas do Governo Lula, o Sistema Nacional de Cultura, entre outros. O segundo volume foi dedicado à economia da cultura, mais especificamente tratando das questões de consumo cultural das famílias, mercado de trabalho para as atividades culturais, financiamento de políticas culturais, mecenato cultural, entre outras.

Em dezembro de 2004, o Ministério da Cultura firmava um convênio de cooperação técnica com o IBGE. O objetivo principal foi o de desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural, tendo como um dos produtos a construção de indicadores culturais que contribuam tanto para a área da gestão pública quanto para o estímulo a estudos e pesquisas de caráter acadêmico.

A parceria com o IBGE gerou diversos resultados. O primeiro deles foi a inclusão de um bloco referente à cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2005 e, em 2006, da realização de um suplemento de cultura na mesma pesquisa, que percorre todos os municípios brasileiros. As informações são elementos primordiais para a elaboração de políticas públicas. No caso da cultura, o país sofria do problema da inexistência de informações de tal natureza. Para além da complexidade conceitual relativa ao mundo da cultura, são necessários dados, informações e estatísticas que permitam conhecer a situação atual. Essas informações são fundamentais para a produção e acompanhamento das políticas culturais – assim como das ações e projetos.

Um outro importante trabalho que o IBGE está realizando é o da construção de um Sistema de Informações e Indicadores Culturais a partir da sistematização das informações sobre a cultura existentes nas pesquisas sociais e

econômicas do próprio Instituto. Segundo o IBGE, as atividades culturais vêm recebendo uma maior atenção devido ao crescimento (e visibilidade) do seu impacto social e:

Esta nova realidade reforça a necessidade de se acompanhar o processo a partir de informações estatísticas em conformidade com critérios internacionais, ao mesmo tempo ressaltando-se as especificidades locais. Informações estas que contribuem para o desenho de políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento do setor. (IBGE. 2006. p.9)

Para a construção do Sistema de Informações foram utilizadas as seguintes pesquisas regulares do IBGE: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE); Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa); Pesquisa Anual do Comércio (PAC); Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Pesquisa de Orçamento Familiar (POF); Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas (APU); e, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), “com vistas a caracterizar os principais aspectos de oferta e da demanda de bens e serviços culturais, os gastos das famílias e os gastos públicos com cultura, e o perfil socioeconômico da mão de obra ocupada em atividades culturais.”(IBGE. 2006. p.10). O trabalho de construção do sistema já conta com duas publicações, a primeira que trabalhou com o ano base 2003, e a segunda que trabalhou de 2003 a 2005, sempre com o objetivo de criar séries históricas que permitam um aprofundamento das análises.

A MUNIC

A partir de 1988, com a promulgação da Nova Constituição, os municípios tiveram aumentadas suas atribuições e responsabilidades na prestação de serviços públicos à população. Na década seguinte o país viveu um processo crescente de criação de novos municípios. Segundo o IBGE, entre 1989 e 2011 foram criados 1.360 novos municípios. Dentro dessa nova realidade ocorreu um crescimento da demanda por informações sobre esses municípios: Qual a população?; Quais as condições de vida?; Quais os recursos financeiros?; Quais os mecanismos de administração pública?; e, muitas outras. A necessidade de informações se origina tanto na área pública, quanto na acadêmica, chegando mesmo a área dos investimentos privados. Nesse sentido o IBGE procurou criar pesquisas que permitissem atender a essa nova demanda de informações. Foi criada a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, mais conhecida como MUNIC, que foi a campo pela primeira vez em 1999 e que, em 2001, se tornou anual.

Segundo o IBGE, a MUNIC é uma pesquisa institucional e de registros administrativos relativos ao poder local, e que tem como objetivos:

Construir uma base de informações institucionais em nível municipal, propiciar a construção de um amplo perfil dos municípios brasileiros no que toca, principalmente, às suas administrações públicas; e propiciar a elaboração de um quadro geral dos aspectos da gestão municipal na atualidade brasileira em que os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importantes na implantação de diversas políticas setoriais. (IBGE. 2002. p. 14)

A primeira MUNIC levantou informações, entre outras, sobre: estrutura administrativa e recursos para gestão; legislação e instrumentos de planejamento; descentralização e desconcentração administrativa; políticas setoriais, segurança pública e já continha um bloco que pesquisou comunicação, comércio e equipamentos culturais e de lazer – tv, rádios, jornais, vidolocadoras, shopping center, lojas de discos, biblioteca, ginásio poliesportivo, museu, teatro e cinema. Em 2001 e 2005, o IBGE voltou a inserir no corpo básico da pesquisa um bloco que aferiu a existência de equipamentos culturais. Em 2001 e em 2005, a pesquisa passou a investigar também a existência dos Conselhos Municipais de Cultura e de alguns de seus aspectos de funcionamento. Em 2005, a partir de um convênio com

¹ Em 2001, o país possuía 5.560 municípios. IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública. 2001.

o Ministério da Cultura assinado no ano anterior, a MUNIC incorporou ao bloco de cultura um levantamento sobre as atividades artísticas e artesanais presentes nos municípios.

As pesquisas do IBGE fornecem informações fundamentais para se começar a analisar o processo de gestão pública da cultura. Sendo a MUNIC uma pesquisa censitária, ou seja, que visita todos os municípios brasileiros, ela é elaborada de maneira a fornecer uma radiografia do país com focos em informações com um grau razoável de comparabilidade, ainda que possamos dizer que a compreensão das perguntas presentes no formulário é mediada pela realidade local.

Dentro da perspectiva do município como um local privilegiado, que propicia maior conhecimento do processo de gestão pública da cultura, serão analisados aqui alguns dos resultados apresentados pelo Suplemento de Cultura da Pesquisa Básica de Informações Municipais (MUNIC). O objetivo é o de permitir um conhecimento inicial sobre as gestões municipais, mapear como classificam e percebem as políticas e algumas das ações que implementam. Tais informações podem oferecer pistas para os que desejam estudar e compreender os conceitos de política e gestão cultural com o qual as administrações municipais de cultura operam contemporaneamente.

Em 2006, o IBGE, já dentro de um convênio com o Ministério da Cultura, levou a campo um Suplemento de Cultura na Pesquisa Básica de Informações Municipais (MUNIC). A publicação do Suplemento de Cultura contém informações que tornam possível a construção efetiva de um primeiro quadro da gestão pública municipal de cultura no Brasil. O Suplemento de Cultura da MUNIC foi respondido diretamente pelo órgão responsável pela área no município e contém informações sobre: o órgão gestor da cultura e sua infra-estrutura; recursos humanos da cultura; instrumentos de gestão; legislação; conselhos municipais; fundo municipal de cultura; recursos financeiros, fundação municipal de cultura; ações, projetos e atividades; meios de comunicação e equipamentos. O IBGE disponibiliza, de maneira impressa e on-line, as informações coletadas. Os dados são organizados através de tabelas – com a distribuição segundo as grandes regiões, unidades da federação e por classe de tamanho da população – e de gráficos. Além do fato da base de dados completa poder se consultada no site do IBGE.

O campo administrativo da gestão municipal de cultura, em 2006 (data da coleta da pesquisa), estava organizado da seguinte forma: 72% dos municípios

possuíam Secretaria Municipal de Cultura em conjunto com outras políticas; 12,6% era setor subordinado a outra Secretaria; 6,1% estava subordinado diretamente à chefia do executivo; 2,4% não possuía nenhuma estrutura específica; 4,2% era formado por Secretaria Municipal exclusiva da cultura e 2,6% por fundação pública. Podemos verificar que a grande maioria dos órgãos gestores da cultura é formada por Secretarias em conjunto com outras políticas. Tal fato não pode ser a priori classificado como algo negativo ou positivo para o processo de implementação de políticas, pois tudo vai depender do equilíbrio de forças e da distribuição dos recursos orçamentários entre tais setores. Frequentemente costuma ocorrer que quando a cultura está diretamente ligada à pasta de educação, por exemplo, o desequilíbrio entre as duas é muito grande, a educação termina por absorver a maior parte dos recursos disponíveis deixando a cultura, em geral, em uma posição bastante desprivilegiada. Entretanto, nada garante que secretarias exclusivas detenham efetivamente uma maior quantidade de recursos.

Buscando obter um equilíbrio entre as repostas coletadas nos 5.564 municípios brasileiros, as perguntas presentes no formulário da MUNIC estão sempre acompanhadas por definições – há um caderno de instruções e pequenas definições sempre junto a cada uma das questões. No campo dos instrumentos de gestão, havia no formulário uma questão sobre a existência, ou não de política cultural no município, seguida pela seguinte definição: “uma ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando a mesma o acesso aos bens culturais. Trata-se de uma ação voltada para todo o município e não somente para alguns segmentos da sociedade”. (IBGE, p. 253) Responderam positivamente a existência de política cultural 57,9% dos municípios brasileiros.

Independentemente do conceito de política cultural com o qual os gestores públicos operam é importante observar que ter política cultural é uma postura considerada importante por quase 60% dos municípios brasileiros. Toda a problemática está centrada no que efetivamente os municípios consideram política cultural. Pois, logo após ter respondido positivamente a questão sobre a política os municípios deveriam então elencar – em uma lista previamente determinada – os quatro principais objetivos da política e, na seqüência do formulário, responderiam

sobre ações e projetos realizados pela administração e no município nos últimos 24 meses. Não é o caso analisarmos aqui, mas muitos dos objetivos de políticas declarados não se consubstanciam em ações e projetos e muitas ações e projetos não são tomados como objetivos de políticas. Um exemplo é o do orçamento participativo, algumas das gestões municipais que declararam trabalhar com tal formato de administração porém, não consideram que a democratização da gestão seja um dos quatro objetivos da política cultural local.

Um olhar sobre os conselhos a partir da Munic

No módulo do questionário referente aos conselhos havia perguntas específicas para os conselhos de políticas e para os de patrimônio.² No Brasil o movimento mais efetivo de criação de conselhos tem início na segunda metade da década de 1960. Até 1969, somente 10 municípios possuíam conselhos estabelecidos. Na década de 1970, foram criados 17 conselhos municipais de cultura. Na década de 1980, o número de novos conselhos passou para 33 e nos anos 1990 saltou para 249. Temos o percentual de 68,6% do total de conselhos de cultura existentes no Brasil (648) criados nos anos 2000. Sendo que só no ano de 2005 – ano da realização da Conferência Nacional de Cultura – foram criados 198 novos conselhos. Esta foi a primeira vez que um levantamento teve a preocupação de mapear não só a existência de conselhos de cultura, mas o período de sua formação.

No Brasil, de acordo com o IBGE, em 2006, 17,0% dos municípios possuía conselhos de cultura. Quanto à natureza de suas atribuições, 13,4 % dos conselhos têm caráter consultivo, 11,9% caráter deliberativo, 9,7% caráter fiscalizador e 7,5% caráter normativo. Desse percentual de 17%, quanto a regularidade das reuniões 4,7% afirma reunir-se pelo menos mensalmente e 5,6% afirma fazê-lo bimestral ou trimestralmente, ou seja, 60,6% dos conselhos de cultura do país se reúnem no mínimo 3 vezes ao ano, o que significa que estes cumprem efetivamente um papel importante na gestão da política cultural do município.

² Eu participei da equipe técnica tendo sido a responsável pela redação dos capítulos referentes à legislação, conselhos, fundos e fundações. Participaram ainda do grupo de redação do Suplemento: Isaura Botelho, Antônio Carlos Alkmin, Marcos Cícero N. de Paula Maciel e Vânia Maria Pacheco.

Quanto às atribuições, tradicionalmente no país as normatizações das ações dos órgãos públicos estão a cargo do poder executivo e, em algumas circunstâncias, do legislativo. No caso dos conselhos de cultura, não é diferente, um percentual menor de conselhos tem caráter normativo, atribuição cumprida pelo órgão gestor da cultura. A frequência das reuniões é um indicador importante para a avaliação do efetivo caráter consultivo e fiscalizador dos conselhos. É ainda importante ressaltar que 70% desses conselhos têm caráter deliberativo. No que diz respeito à composição, os conselhos de cultura são formados por representantes das áreas artísticas, da sociedade civil em geral e de membros do governo, em especial dos órgãos ligados à área da cultura.

A pesquisa levantou informações sobre a proporcionalidade do grau de participação entre sociedade civil e poder público. Os números encontrados revelam que 10,5% dos conselhos são compostos de maneira paritária, ou seja, há igualdade de participação no número de representantes do poder público e da sociedade civil. Tal índice corresponde há 59,3% do número de municípios que declarou possuir conselhos de cultura. A pesquisa revelou ainda que 4,7% do total dos municípios possui maior representação da sociedade civil e que 1,9% conta com maior representação do poder público.

Buscando contribuir para um melhor conhecimento sobre a forma de representação da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Cultura, a MUNIC solicitou que fosse indicada a maneira como são escolhidos os membros do conselho. Os resultados foram: 4,4% do total de municípios com seus membros escolhidos diretamente pela sociedade civil; em 2,5% dos municípios, esses representantes são indicados exclusivamente pelo poder público e em 9,7% tem indicação conjunta da sociedade civil e do poder público. Tais resultados demonstram que apesar de ser pequeno o percentual de conselhos nos quais o poder público tem maior representação, é o governo que tem a prerrogativa na escolha dos representantes da sociedade civil.

Os dados levantados através do suplemento da cultura detalham a composição da parte da sociedade civil nos Conselhos Municipais Cultura, ou seja, nos informam qual a origem dessa representação. As entidades representativas dos grupos artísticos estão presentes nos Conselhos em 11,6% do total dos municípios. Em seguida encontram-se as instituições que desenvolvem atividades artístico-culturais e que estão presentes nos Conselhos em 9,9% do total dos municípios. A

distribuição restante é de 7,7% oriundos de escolas e universidades; 6,4% membros de organizações não governamentais; 5,5% membros de entidades religiosas; 5,1% integrantes de associações de moradores ou fóruns regionais; 4,9% participantes de movimentos sociais e étnicos; ; 4,2% representantes de entidades estudantis; 3,8% pertencentes ao grupo de empresários do setor; 3,4% integrantes de entidades sindicais da área e 1,3% membros de conselhos regionais. O quadro demonstra um processo de diversificação dos atores sociais que participam dos níveis de consulta e de decisão no campo da cultura, mesmo que ainda tenhamos uma maior concentração da representação da área artístico-cultural. Este é um indicador que parte dos municípios vêm passando a elaborar suas políticas culturais a partir de uma visão da cultura como um bem público que deve atender ao conjunto dos cidadãos e não somente a área dos produtores artísticos, logo para as tomadas de decisão os diversos segmentos da comunidade local necessitam ser consultados.

A presença dos Conselhos Municipais de cultura aparece sempre com freqüências mais elevadas no conjunto dos municípios mais populosos. Entre os municípios que possuem mais de 500 mil habitantes, 72,2 % possuem Conselhos Municipais de Cultura. O percentual cai drasticamente na medida em que se reduz o tamanho dos municípios. Para o grupo de municípios de até 500 mil habitantes o percentual é de 44,6 %, para o grupo de até 100 mil habitantes temos 31,2%, para o grupo de até 50 mil habitantes o percentual passa para 21%, chegando a 9,7% para aqueles municípios com até 5 mil habitantes.

No caso da distribuição macrorregional, encontramos na região norte o menor percentual de municípios com Conselhos Municipais de Cultura (6,2 %). Na região nordeste, 6,7% dos municípios conta com a presença de Conselhos Municipais de Cultura. Os percentuais das outras regiões são de 15,1% para a região sul e 27,2% para a região sudeste. O maior percentual de municípios com Conselhos Municipais de Cultura está na região centro-oeste, 35,2%.

A função de cuidar da preservação do patrimônio de uma determinada região está muitas vezes incorporada entre as atribuições dos conselhos de cultura. Tal fato ocorre principalmente nos municípios de pequeno porte e naqueles que não detêm um número significativo de bens passíveis de tombamento. Entretanto, de acordo com a MUNIC, o país conta hoje com um percentual de 13,3% do total de municípios que possuem conselhos específicos para a área de proteção ao patrimônio cultural. Tratando em termos de números o quadro nacional é o seguinte:

948 municípios com conselhos de cultura e 741 com conselhos de patrimônio. Sendo que somente 302 municípios contam com a presença dos dois tipos de conselho. O que significa que 1387 municípios brasileiros contam com a existência de algum tipo de conselho na área da cultura, o que em termos percentuais nacionais equivale a 25,8% .

Explorando as informações levantadas pelo IBGE sobre os conselhos de preservação do patrimônio cultural, temos, em 2006, 742 conselhos em funcionamento. Destes, 4 foram criados na década de 1970, 40 na de 1980 e 212 nos anos de 1990. Com os conselhos de patrimônio ocorre um processo similar aos de política, ou seja, 486 (64,5%) foram criados nos anos 2000, com destaque para o ano de 2005, no qual foram criados 128 conselhos.

Quanto ao caráter dos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio o Suplemento da Cultura da MUNIC identificou que entre os 13,3% de municípios que afirmou possuir conselhos de patrimônio, 10,9% declararam ter caráter consultivo, 10,4% caráter deliberativo, 7,8% caráter normativo e 9,5% caráter fiscalizador – é importante lembrar que os conselhos têm diversas funções concomitantes.

As respostas obtidas sobre maneira com que os conselhos são constituídos nos informa que em 7,8% do total de municípios pesquisados existe paridade entre a representação da sociedade civil e do poder público e que 5,5% do total dos municípios tem uma representação maior da sociedade civil.

Quanto à forma de indicação para a participação da sociedade civil nos conselhos de preservação de patrimônio 10,7% do total dos municípios declarou ser realizada através de indicação do poder público, sendo que 2,4% declarou ser a indicação de própria sociedade civil. Verificamos novamente que apesar do alto percentual de participação da sociedade civil, a escolha é prerrogativa do Estado.

A pesquisa investigou como é composta a parte da sociedade civil dos Conselhos de Patrimônio. Quanto à origem desses representantes 7,7% do total dos municípios declarou possuir membros oriundos das escolas e universidades; 6,6% de associações com finalidades culturais; 5,4% de entidades religiosas; 4,6% de organizações não-governamentais; 4% das associações comerciais; 3,6% de associações de engenheiros e arquitetos; 3,6 das associações de moradores ou fóruns regionais; 2,3 entidades estudantis; 1,8% de Conselhos regionais e 1,3% de institutos históricos e geográficos locais. Os resultados demonstram um percentual

de participação de membros de associações profissionais inferior aos resultados encontrados na composição da parte da sociedade civil dos conselhos de cultura.

Quanto à regularidade das reuniões dos Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio, 3,0% do total dos municípios realiza mensalmente suas reuniões, 6,3% de maneira bimestral ou trimestral, 0,5% quadrimestral, 0,2% se reúne anualmente, 2,0% declarou não ter frequência regular e somente 1,3% não se reuniu no último ano. O resultado indica que o país tem um percentual de 73,7% de conselhos de proteção ao patrimônio cultural realizou até três reuniões por mês nos últimos 12 meses.

As principais atribuições de conselhos declaradas pelo total dos municípios foram: 10,7% inventariam e fazem tombamento; 10,1% fiscalizam a utilização dos bens tombados; 9,8% formulam e fazem cumprir diretrizes da política de preservação; 9,4% elaboram parecer sobre projetos de lei; 9,4% emitem parecer sobre projetos; 9,1% opinam sobre a preservação do patrimônio ambiental; 7% propõe convênios ou acordos na área; 6,9 assessoram questões sobre turismo cultural; 5,9 participam da elaboração do plano diretor do município e 1,4% declararam ter ainda outras atribuições.

No Brasil, o diálogo entre o conceito de patrimônio cultural e o de diversidade cultural é recente. O principal foco de atuação dos órgãos de Preservação do Patrimônio no país é o da área do patrimônio edificado, com uma atenção especial para as edificações pertencentes aos períodos colonial e imperial e as representante da arquitetura modernista. Assim podemos compreender que a pesquisa detecte a concentração de Conselhos de Patrimônio nas cidades mineiras e nos estados do Rio de Janeiro, Goiás e Pernambuco, todos possuidores de um volume significativo de patrimônio edificado pertencente ao período colonial e imperial. No caso do Estado de Minas Gerais, há também a existência de legislação tributária estadual que estimula a formação e a manutenção de Conselhos de Preservação do Patrimônio. Dos 853 municípios mineiros, 517 declararam possuir Conselhos de Preservação do Patrimônio, ou seja, 60,61% do total dos municípios do estado de Minas Gerais.

Os Conselhos de Preservação do Patrimônio têm, entre outras, a função de criar formas através das quais o poder público partilhe com a sociedade civil as decisões e as responsabilidades sobre o patrimônio local. Os tombamentos e os usos das áreas sob proteção são decididos e implementados através de legislação.

A presença de uma instância, no mínimo consultiva, que é o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, fortalece as decisões dos níveis executivo e legislativo. A pesquisa informa que em 17,7% do total de municípios há legislação municipal de patrimônio (como já foi analisado do bloco anterior) e que 13,3% dos municípios possuem Conselhos de Patrimônio.

Consultando uma outra seção da pesquisa, a da existência de políticas culturais e dos principais objetivos desta política, 57,9% dos municípios declararam possuir políticas para a área de cultura e 36,7% destes declarou que tinham políticas destinadas a preservação de patrimônio. O quadro apresentado demonstra que apesar dos municípios declararem possuir políticas para área de preservação de patrimônio, em mais de 50% destes municípios estas são colocadas em prática sem a presença de conselhos ou de legislação específica para a área. (IBGE. 2007. p. 42)

QUESTÕES FINAIS

Os estudos que vêm sendo realizados, através do convênio do MINC, pelo IBGE e pelo IPEA, demonstram por um lado o potencial das informações já existentes e que não haviam ainda sido trabalhadas de maneira sistemática, e por outro aponta tanto a necessidade da criação de novas pesquisas mais pontuais dada a complexidade do campo da cultura, quanto o aprimoramento e detalhamento das já existentes. É ainda necessário que ocorra um estímulo para a produção de informações no nível dos municípios, mais capazes de compreender e de apreender a diversidade cultural local.

Observamos, a partir dos dados levantados pelo IBGE, que o país vive um processo de construção de canais participativos no campo da cultura. Entretanto é importante ressaltar que a criação oficial e burocrática de tais canais não garante resultados efetivos. É no processo concreto de construção coletiva e de apropriação cidadã de tais canais que podemos avançar rumo a uma gestão pública de cultura democrática e participativa.

Nas décadas de que nos precederam o que o país vivenciou foi uma legislação que terminou privilegiando os produtores e alguns segmentos artísticos, distribuindo de maneira muito desigual os já exíguos recursos financeiros da cultura. A organização da sociedade e sua participação nos conselhos de políticas públicas em geral são, sem dúvida, um caminho que se abre para a construção de uma sociedade mais democrática, para o fortalecimento dos municípios e para a permanência da cultura entre as políticas de governo

Se por um lado ainda evidenciamos a utilização de um conceito de política cultural, que significa pouco mais (ou menos) do que a realização de um conjunto de eventos pelo poder público, verifica-se a valorização da existência de políticas. A busca da perenidade das políticas públicas de cultura passa tanto pelo processo de ampliação da participação do conjunto dos atores sociais na construção dessas mesmas políticas quanto do próprio papel que os governantes destinam a cultura em suas administrações.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, I. Para uma discussão sobre política e gestão cultural. In: CALABRE, L. (Org.) **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, Ministério da Cultura, 2006.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Política cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise**. Frederico A. Barbosa da Silva. Brasília: MINC, 2007a.
- _____. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Frederico A. Barbosa da Silva. Brasília: MINC, 2007.
- CALABRE, L. (Org.) **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- _____. O conselho Federal de Cultura, 1971-1974. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-junho de 2006, p.81-98.
- CARVALHO, J. et al. **Conselhos Municipais: sua contribuição para o desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-ap-10.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2008.
- CAVALHO, M. do C. A. **Participação social no Brasil hoje**. Disponível em: <http://www.participacaopopular.org.br/FPPP/docs/participacao_social_no_brasil_hoje.doc>. Acesso em: 27 out. 2008.
- CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CORTES, S. M. V. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. In: **Educar**. Curitiba. n. 25, p. 143-174.
- DINIZ, E. Engenharia institucional e políticas públicas; dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, D. (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: cultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- _____. **Sistema de informações e indicadores culturais: 2003**. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria de Pesquisas, 2006.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros – Gestão pública 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2001/default.shtm>>

MATA-MACHADO, B. N. da. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. In: FARIA, H.; MOREIRA, A.; VERSOLATO, F. (Org.) **Você quer um bom conselho?** Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

_____. A política cultural e as cidades. IN: MINC. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006**. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

MICELI, S. (Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MINC. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006**. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PONTES, S. S. de. **Conselhos de políticas públicas**: contribuindo para a construção da democracia no Brasil. Disponível em: <<http://www.mp.ma.gov.br/site/centrosapoio/infJuventude/doutConsPoliticaPublicas.doc>>. Acesso em: 27 out. 2008.

UFALINO, Philippe. “L’Histoire de la politique culturelle”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Pour une histoire culturelle**. Paris: Ed. du Seuil, 1997.

_____. **L’invention de la politique culturelle**. Paris: Hachette Littératures, 2004.

AUTORIA

Lia Calabre – Pesquisadora e coordenadora do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Doutora em História pela UFF. Autora de A Era do Rádio; org. de Políticas Culturais: Diálogos Indispensáveis. Vol. I e II; co-org. de Diversidade Cultural Brasileira, Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 2003-2006, Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – 2006, entre outros.

Endereço eletrônico: liacalabre@rb.gov.br